

Os cinco remédios de Simonsen para recuperar a economia

por José Roberto de Alencar do Rio

"Se se configurar realmente o quadro que as autoridades estão prevendo para o ano que vem, se houver de fato a necessidade de cortar as importações para obter um superávit entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões por falta de dinheiro, que se faça isso, mas organizadamente", disse ontem, no II Congresso de Petróleo, que se encerrava no salão nobre do Riocentro, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

O fim do reajuste salarial a cada meio ano é o primeiro dos cinco remédios receitados por Simonsen para sanar a economia brasileira a ponto de torná-la suficientemente sadia para enfrentar 1983. Em troca, os assalariados poderiam ganhar, por exemplo, um aviso prévio muito maior do que os trinta dias atuais, em caso de demissão.

"Se damos 10% de aumento de salário e demitimos 20% da força de tra-

lho, não adiantou nada", disse Simonsen. Voltando o sistema de reajustes anuais, a economia se fortaleceria e o nível de emprego, pelo menos, seria mantido, primeiro porque as empresas teriam menos necessidade de cortar pessoal ao economizar na folha de pagamentos e, depois, porque o aviso prévio bem maior do que o atual desincentivaria demissões.

O segundo ponto é fiscal: Simonsen defende o aumento da taxação da renda — e a um assalariado, da platéia, que lhe perguntou se realmente seria justo aumentar o Imposto de Renda do trabalhador já "magro, apertado, angustiado e falido", o ex-ministro respondeu que "o Imposto de Renda é progressivo e não atinge os de renda tão baixa que já ficaram até magros e debilitados".

INDEXAÇÃO

O terceiro ponto é plena indexação na economia. Ele é contra. E recomenda receita já aplicada por ele

em 1964, quando "a economia estava um verdadeiro caos, e foi feita uma inflação corretiva, que atualizasse os aluguéis, que estavam congelados, os combustíveis, que eram altamente subsídiados, e outros preços visivelmente achatados, mas com o cuidado de não permitir a indexação e de conter, por exemplo, os salários".

CONVÉNIOS

O penúltimo item do reeditório de Simonsen já está sendo ministrado, mas em dose insuficiente. Ele acha preciso fazer mais convênios bilaterais para uso de moedas próprias. A Petrobrás pagaria o petróleo que compra da Pemex em cruzeiros, que seriam trocados em pesos no Banco Central mexicano, e os mexicanos que quisessem importar algo do Brasil comprariam esses cruzeiros lá no seu banco para pagar a conta, eliminando-se assim o dólar, tão raro no mercado de hoje. Ele próprio reconhece esses convênios como "um atraso"

(trata-se da volta do escâmbio, da barganha), mas acha que é uma saída.

O quinto ponto está nos jornais de ontem: o financiamento das importações acima de US\$ 100 milhões, para forçar os importadores a arrumar financiamentos externos para suas compras lá fora.

INSENSIBILIDADE

Nos debates posteriores à sua palestra, Simonsen explicou que a crise atual não ajuda a ninguém. "Ao contrário da crise do petróleo, que ao menos favoreceu os exportadores de petróleo, esta crise dos juros não favorece os Estados Unidos, criadores dela", disse o ex-ministro. Ele atribui essa crise à "incrível insensibilidade" de algumas pessoas da diretoria do Federal Reserve dos Estados Unidos.

Preferiu, porém, não citar nomes e ressalvou que não falava do presidente do Fed. Depois contou a conversa mantida entre ele e um diretor daquele órgão: "Esse diretor acha que os Estados Unidos pecaram inflacionando, que os tomadores pecaram aceitando empréstimos desfavoráveis e que, agora, todos devem purgar suas culpas, com uma quebradeira geral". Simonsen mostrava-se incrédulo de que uma pessoa pensando assim pudesse ser "um homem importante na política econômica dos Estados Unidos".

Quando lhe perguntaram por que os juros internos tinham de ser atrelados aos internacionais, Simonsen explicou que, se não fossem, ninguém tomaria financiamentos externos. Disse que a decisão, adotada na manhã de ontem, de permitir que os tomadores se precavem contra desvalorizações muito grandes do cruzeiro, efetuando compras futuras de ORTN, "pode ser uma boa saída. Mas a desvinculação total é impossível".